

PARECER HOMOLOGADO
Portaria nº 495, publicada no D.O.U. de 9/7/2021, Seção 1, Pág. 116.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADA: Associação Vale Ipojuca de Educação, Ciência e Cultura		UF: PE
ASSUNTO: Recredenciamento da Faculdade José Lacerda Filho de Ciências Aplicadas, com sede no município de Ipojuca, no estado de Pernambuco.		
RELATOR: Sergio de Almeida Bruni		
e-MEC Nº: 201102938		
PARECER CNE/CES Nº: 88/2019	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 13/2/2019

I – RELATÓRIO

1. Histórico

Trata-se do pedido de recredenciamento da Faculdade José Lacerda Filho de Ciências Aplicadas, mantida pela Associação Vale Ipojuca de Educação, Ciência e Cultura, juntamente com a solicitação de funcionamento dos cursos abaixo listados.

As informações a seguir foram extraídas do parecer final da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), transcritas *ipsis litteris*, de modo a contextualizar o histórico deste processo da Instituição de Educação Superior (IES):

[...]

1. Do Processo

Trata-se do pedido de recredenciamento da FACULDADE JOSÉ LACERDA FILHO DE CIÊNCIAS APLICADAS, protocolado no sistema e-MEC sob o número 201102938 em 04-03-2011.

2. Da Mantida

AFACULDADE JOSÉ LACERDA FILHO DE CIÊNCIAS APLICADAS, código e-MEC nº 201102938, é instituição privada sem fins lucrativos, credenciada pela Portaria MEC Portaria MEC 1602 de 28/10/1999 publicada em 03/11/1999. A IES está situada Faculdade José Lacerda Filho de Ciências Aplicadas - Avenida Francisco Alves de Souza, Número: 500 - Centro - Ipojuca/PE (Sede).

Em consulta feita ao cadastro e-MEC, em 24/10/2018, verificou-se que a Instituição possui IGC 3 (2016) e CI 3 (2018).

Constam no sistema e-MEC outros processos protocolados em nome da Mantida:

<i>Nº do Processo</i>	<i>Ato Regulatório</i>	<i>Nome do Curso</i>
201102938	Recredenciamento	
201112810	Renovação de Reconhecimento de Curso	ADMINISTRAÇÃO
201361242	Renovação de Reconhecimento de Curso	ADMINISTRAÇÃO

3. Da Mantenedora

A FACULDADE JOSÉ LACERDA FILHO DE CIÊNCIAS APLICADAS é mantida pela ASSOCIACAO VALE IPOJUCA DE EDUCACAO, CIENCIA E CULTURA, código e-MEC nº 916. Pessoa Jurídica de Direito Privado - Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 01.978.120/0001-20, com sede e foro na cidade de Ipojuca, PE.

Foram consultadas em 24/10/2018 as seguintes certidões negativas em nome da Mantenedora:

- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO. As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre o contribuinte 01.978.120/0001-20 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF. Validade até 08/10/2018 a 06/11/2018.

Não constam do sistema e-MEC outras IES em nome da Mantenedora.

4. Dos cursos ofertados

Cursos presenciais ofertados no endereço da Mantida:

Código Curso	Grau	ENADE	CPC	CC	Início do curso	Ato Regulatório
50724 ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	2	2	3	04/02/2002	Reconhecimento de Curso Portaria 740 de 04/06/2009
118486 ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	3	3		04/02/2002	Reconhecimento de Curso 740 de 04/06/2009
50723 ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado				04/02/2002	Reconhecimento de Curso 740 de 04/06/2009
20485 CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	3	4	4	14/02/2000	Renovação de Reconhecimento de Curso 636 de 18/09/2018.
1386674 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico				Não iniciado	Autorização Portaria 662 de 28/09/2018.
1386673 LOGÍSTICA	Tecnológico				Não iniciado	Autorização Portaria 661 de 28/09/2018.
54768 PEDAGOGIA	Licenciatura			5	05/08/2002	Renovação de Reconhecimento de Curso Portaria 504 de 16/09/2016.
54769 PEDAGOGIA	Licenciatura	2	2	4	05/08/2002	Reconhecimento de Curso Portaria 735 de 04/06/2009
118484 PEDAGOGIA	Licenciatura	3	3	5	05/08/2002	Reconhecimento de Curso Portaria 735 de 04/06/2009

5. Da instrução processual

O Processo de recredenciamento foi submetido às análises técnicas dos documentos apresentados: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Regimento, documentos fiscais, parafiscais, contábeis e ato constitutivo da mantenedora, e conclui-se pelo atendimento Satisfatório das exigências de instrução processual estabelecidas para a fase de análise documental pelo Decreto nº 5.773/2006, com as

alterações introduzidas pelo Decreto nº 6.303/2007, e a Portaria Normativa MEC nº 40/2007.

6. Da Avaliação in loco

Em atendimento ao disposto no Art. 2º da PORTARIA NORMATIVA MEC Nº 20, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017 republicada em 03/09/2018, o processo de credenciamento foi encaminhado ao INEP para a avaliação in loco, que ocorreu no período de 06/11/2011 a 10/11/2011. Seu resultado foi registrado no Relatório nº 91486.

Tal relatório, embora tenha registrado o Conceito Institucional 136538, apresentou conceito insatisfatório nas dimensões: Dimensão 4: A comunicação com a sociedade; Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho; Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

Com relação aos Requisitos legais, a comissão de avaliação in loco verificou que a instituição atendeu aos Requisitos Legais.

Após análise dos elementos de instrução do Processo, especialmente do Relatório de Avaliação nº 91486, a Secretaria concluiu que a Instituição apresentava deficiências que necessitavam ser sanadas, com vistas ao adequado atendimento à comunidade acadêmica.

Dessa forma, considerando o disposto nos artigos Art. 3º e 6º da PORTARIA NORMATIVA MEC Nº 20, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017, decidiu-se pela celebração de Protocolo de Compromisso com a

Superadas as fases de Proposta de Protocolo de Compromisso e de Termo de Cumprimento de Protocolo de Compromisso, o Processo foi enviado ao INEP para reavaliação, o que ocorreu no período de 08/05/2018 a 12/05/2018, e resultou no Relatório nº 136538, tendo apresentado o seguinte quadro de conceitos:

<i>Dimensões</i>	<i>Conceitos</i>
<i>1. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).</i>	<i>3,0</i>
<i>2. A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.</i>	<i>3,0</i>
<i>3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.</i>	<i>3,0</i>
<i>4. A comunicação com a sociedade</i>	<i>3,0</i>
<i>5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho</i>	<i>3,0</i>
<i>6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios</i>	<i>3,0</i>
<i>7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.</i>	<i>3,0</i>
<i>8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.</i>	<i>4,0</i>
<i>9. Políticas de atendimento aos estudantes</i>	<i>3,0</i>
<i>10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.</i>	<i>3,0</i>
<i>Conceito Final</i>	<i>3,0</i>

Observação: tendo em vista o sistema e-MEC estabelecer um limite de 30.000 caracteres para a elaboração deste relatório de Parecer Final, as sínteses da Comissão de Avaliação, justificando a atribuição dos conceitos às 10 dimensões do Instrumento de Avaliação in loco, deverão ser consultadas diretamente no Relatório de Avaliação nº 136538.

Requisitos legais

A Comissão de Avaliação assinalou o atendimento de todos os requisitos legais.

7. Considerações da SERES

O Relatório resultante da Avaliação in loco do INEP atribuiu conceito SIMILAR ou superior ao que expressa o referencial mínimo de qualidade às 10 dimensões do instrumento de avaliação. Com o resultado, a IES obteve Conceito Institucional 3.

A instituição atende na íntegra aos critérios e condicionalidades do padrão decisório em sede de Parecer Final dos processos de Recredenciamento de IES, previstos pela Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017, com ressalva para as especificidades dos atos já praticados sob a legislação anterior.

Não há processo de supervisão de interesse da IES cadastrado no sistema e-MEC.

A IES não apresenta a certidão de DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO validada. Assim foi instaurada uma diligência solicitando a Certidão devida. A IES respondeu a diligência enviando um anexo PEDIDO DE CONTINUIDADE DO PROCESSO DE RECRENCIAMENTO.pdf em que requer o direito de avançar com o processo de recredenciamento argumentando que conforme menciona a Súmula 70 só STF, in verbis: É inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo.

As considerações acima, bem como as demais contidas neste relatório, justificam a sugestão de deferimento do processo de Recredenciamento da FACULDADE JOSÉ LACERDA FILHO DE CIÊNCIAS APLICADAS - FAJOLCA.

Tendo em vista as instruções da Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, referentes aos prazos dos atos regulatórios de credenciamento e recredenciamento das Instituições de Educação Superior pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, o Recredenciamento da FACULDADE JOSÉ LACERDA FILHO DE CIÊNCIAS APLICADAS - FAJOLCA terá validade de 3 (três) anos, contados a partir da data da publicação do ato autorizativo (§3º, Art. 10 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017).

O Relatório resultante da Avaliação in loco do INEP Pós-Protocolo de Compromisso atribuiu conceito SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade a 10 das 10 dimensões do instrumento de avaliação. Todos os requisitos legais e normativos foram considerados atendidos. Com o resultado, a IES obteve Conceito Institucional 3 (três).

A FACULDADE JOSÉ LACERDA FILHO DE CIÊNCIAS APLICADAS - FAJOLCA obteve Conceito Institucional 3 (2018) e de acordo com a PORTARIA NORMATIVA No 1, DE 3 DE JANEIRO DE 2017, o prazo do seu credenciamento deverá ser por 3 (três) anos.

A FACULDADE JOSÉ LACERDA FILHO DE CIÊNCIAS APLICADAS - FAJOLCA possui IGC 3 (2016).

As considerações acima, bem como as demais contidas neste relatório, justificam a sugestão de deferimento do processo de Recredenciamento da FACULDADE JOSÉ LACERDA FILHO DE CIÊNCIAS APLICADAS - FAJOLCA.

8. Conclusão

Diante do exposto, considerando a instrução processual e a legislação vigente, esta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior é de parecer favorável ao recredenciamento da FACULDADE JOSÉ LACERDA FILHO DE CIÊNCIAS APLICADAS - FAJOLCA, situada à Avenida Francisco Alves de Souza, 500 Centro. Ipojuca - PE., mantido pela ASSOCIACAO VALE IPOJUCA DE EDUCACAO, CIENCIA E CULTURA - com sede e foro na cidade de Ipojuca, Estado do PE, submetendo o presente processo à deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

2.Considerações do Relator

Considerando que a IES atendeu a todos os dispositivos legais e normativos vigentes, como acima exposto, apresentando as informações de forma clara e consistente, o pleito para seu recredenciamento pode ser aceito.

II – VOTO DO RELATOR

Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade José Lacerda Filho de Ciências Aplicadas, com sede na Avenida Francisco Alves de Souza, nº 500, Centro, no município de Ipojuca, no estado de Pernambuco, mantida pela Associação Vale Ipojuca de Educação, Ciência e Cultura, com sede no município de Ipojuca, no estado de Pernambuco, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Conselheiro Sergio de Almeida Bruni – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.
Sala das Sessões, em 13 de fevereiro de 2019.

Conselheiro Antonio de Araujo Freitas Júnior - Presidente

Conselheiro Joaquim José Soares Neto - Vice-Presidente